



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL**

PARECER Nº 06 DE 2019

SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 001/2019 , VETADO PARCIALMENTE

De autoria do Exmo. Governador do Estado, o Projeto em epígrafe objetiva “rateio das sobras de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB com os servidores em efetivo exercício no magistério da educação básica, e dá outras providências. ”

Após convocação Extraordinária, foi o projeto aprovado em Sessão do dia 06/02/2019, sendo expedido o Autógrafo de nº 01/2019.

Através da Mensagem de veto nº4/2019, o Senhor Governador do Estado, usando da faculdade que lhe confere o artigo 89, § 1º da Constituição Estadual, vetou parcialmente o Projeto.

Por força do despacho do Senhor Presidente Através do ato nº 002/2019, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 13.03.2019, foi o Veto Parcial encaminhado ao exame do meu gabinete, competindo-nos, nesta oportunidade, analisar a matéria vetada .

Incide a impugnação sobre o artigo Art. 7º, o qual transcrevo :

O rateio e o pagamento tratado por esta lei não se incorporam á remuneração para qualquer efeito, sendo vedado qualquer tipo de desconto previdenciário nos valores pagos aos profissionais de magistério em decorrência de rateio dos recursos do FUNDEB

Após apreciada pela assessoria jurídica do gabinete, devidamente fundamentada, opinou pela rejeição do veto parcial.

De fato, a emenda apreciada por este Parlamento, não usurpou competência, não tratou de matéria que não seja de interesse público e nem tampouco legislou matéria inconstitucional, apenas tornou cristalina a disposição de recente decisão em 20.11.2018 do STF que tem repercussão geral, o qual transcrevo:

“Não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como ‘terço de férias’, ‘serviços extraordinários’, ‘adicional noturno’ e ‘adicional de insalubridade’”

Na mesma seara, o STJ também, em tema idêntico ao tratado nessa casa, já decidiu no mesmo sentido, vejamos:

II - O abono recebido sem habitualidade não integra a base de cálculo do salário contribuição, não incidindo sobre ele a contribuição previdenciária.

Face ao exposto, nos aspectos que compete a este relator examinar, somos favoráveis à aprovação do artigo 7º do Projeto de Lei nº 001/2019, por consequência, contrário ao veto parcial oposto à propositura.

Maceio, 18 de março de 2019


MARCELO BELTRÃO SIQUEIRA
Relator